



**FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS FATECS**  
**CURSO: TURISMO**

**SABRINA MENDONÇA**

**RA: 2017894/0**

**ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL DO POÇO AZUL/DF PARA  
A PRÁTICA DO ECOTURISMO**

**PROFESSORA ORIENTADORA:  
ANNA MARIA FELIPIN RIGOBELLO**

**Brasília/DF, Junho de 2008**

**SABRINA MENDONÇA**

**ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL DO POÇO AZUL/DF PARA  
A PRÁTICA DO ECOTURISMO**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Turismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Professora Orientadora: Anna Maria  
Felipin Rigobello

**Brasília/DF, junho de 2008**

**SABRINA MENDONÇA**

**ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL DO POÇO AZUL/DF PARA  
A PRÁTICA DO ECOTURISMO**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Turismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Professora Orientadora: Anna Maria Felipin Rigobello

**Banca examinadora:**

---

**Prof.: Anna Maria Felipin Rigobello**  
**Orientadora**

---

**Prof.: Luiz Daniel Muniz Junqueira**  
**Examinador(a)**

---

**Prof.: Silvana Barbosa Fernandes Vasconcelos Batista**  
**Examinador(a)**

**Brasília/DF, junho de 2008**

Dedico este trabalho às pessoas que foram essenciais para sua conclusão:

Aos meus pais, José Danilo Mendonça Junior (in memorian) e Maria Lourdes Pereira, com toda minha gratidão, respeito e admiração. Aos meus familiares Vovó Coracy, Dindinha, tia Nilma e tia Natércia por toda ajuda, compreensão e confiança depositadas a minha pessoa. Sou eternamente grata a vocês. Aos meus primos Christiane, Stella, Anderson, Valéria e ao meu irmão Manoel por toda amizade e companheirismo no decorrer do curso.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço acima de tudo a Deus, pelo dom da vida e que sempre está ao meu lado. Aos meus pais Zezito (in memorian) e Lourdes por toda dedicação, confiança e paciência direcionados a mim. As minhas tias Nilza, Nilma e Natércia, por toda ajuda direta e indireta essenciais para a conclusão deste curso. A minha vovó Coracy, pela paciência e pelo carinho depositado a minha pessoa. Aos meus amigos Alexsandra, Alliny, Camila, Danielle, Glaucya, Joaynne, João Gustavo, Joon, Kaiser, Renato por toda ajuda prestada. A minha coordenadora e orientadora Anna Maria e ao professor Luiz Daniel. Ao Excelentíssimo Senhor Ministro Lauro Franco Leitão e sua secretária Janice Rodrigues Sucupira pela carinhosa colaboração. Que Deus abençoe a todos. Muito obrigada.

## **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise do Ecoturismo e a utilização do espaço natural do Poço Azul, sob o ponto de vista turístico, social e ambiental. Portanto, abordaram-se temas como o ecoturismo, a valorização das áreas de proteção ambiental, a realidade do Poço Azul, possibilidades de desenvolvimento sustentável do local. Assuntos estes necessários para se discutir a existência de uma atividade econômica produtiva e uma educação ambiental racional. Focaliza-se a importância da colaboração de todos na preservação e conservação do meio ambiente, mediante elaboração de plano de manejo adequados e profissionais capacitados em administrar o atrativo turístico, haverá possibilidades do ecoturismo progredir. Tal estudo foi desenvolvido por meio da abordagem qualitativa de caráter exploratório com a realização de pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento. A análise foi realizada através de dados coletados com visitas *in loco* e entrevistas com os visitantes e funcionários do Poço Azul. Assim, foi identificado que o local, com suas belezas naturais, está sendo prejudicado pelas agressões praticadas por visitantes não conscientizados, que deixam, por onde passam, 'rastros' e resíduos do que consomem, poluindo o ambiente de modo preocupante; e também pelos "proprietários" que, aparentemente, visam apenas o lucro descompromissado, pois não se mobilizam para a conservação dos recursos naturais da área.

### **Palavras - chave:**

1. Ecoturismo
2. Poço Azul
3. Conservação e Proteção Ambiental

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 - Único bar/lanchonete do Poço Azul.....</b>	<b>11</b>
<b>Figura 2 - Lixo e sujeira – falta de infra-estrutura.....</b>	<b>12</b>
<b>Figura 3 – Área de lazer e diversidade ecológica.....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 4 – Lixo no Rio: descaso com a Natureza.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 5 – Exemplo do lixo jogado nas dependências do Poço Azul.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 6 – Tabela de preços praticada na entrada do Poço Azul.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 7 – Funcionário do Poço Azul – Precariedade no trabalho.....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 8 – Grupo CABRA – Oficina para preservar o Poço Azul.....</b>	<b>37</b>
<b>Figuras 9 e 10 – Retratos do descaso no Poço Azul.....</b>	<b>38</b>

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	Objetivo geral.....	13
1.2	Objetivos específicos.....	13
1.3	Metodologia .....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	16
2.1	Sustentabilidade e planejamento turístico .....	16
2.2	Discussão sobre o termo ecoturismo.....	18
2.3	Ecoturismo em áreas protegidas .....	24
2.4	Ecoturismo e a comunidade local .....	27
3	ECOTURISMO NO DISTRITO FEDERAL E NO POÇO AZUL .....	30
4	ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS DO POÇO AZUL .....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS .....	42
	APÊNDICE A.....	44
	APÊNDICE B.....	45



## 1 INTRODUÇÃO

Em meio aos debates ambientalistas, mais especificamente, a partir do início dos anos 1990, começa a desenvolver-se um setor potencialmente importante: o ecoturismo. Belezas naturais atraem o "consumidor de paisagens autênticas": o ecoturista (LIMA, 1998).

Surge, em todo o Brasil, o interesse do poder público e demais setores – organizações não governamentais, empresas privadas e operadoras de turismo – em viabilizar a implementação de projetos que visem à utilização turística dos recursos naturais e a implantação de infra-estrutura que atendem para tais interesses.

Nesse sentido, se for bem planejado o ecoturismo desponta como uma modalidade de turismo de baixo impacto ambiental, que proporciona conhecimento sobre o patrimônio natural, beneficiando as populações locais. Esta atividade é transmitida, portanto, como uma contribuição para a preservação de recursos naturais e como mais um instrumento de gestão ambiental.

Por conseguinte, esta discussão remete-nos a algumas reflexões sobre os conceitos e a prática desse segmento do turismo.

Segundo Ceballos-Lascurain (1983, apud DIAS, 2003, p. 109) o ecoturismo:

[...] consiste em viajar a áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o objetivo específico de admirar, desfrutar e estudar sua paisagem, sua flora e sua fauna silvestre, assim como as manifestações culturais (tanto as presentes, como as passadas) que ali se possa encontrar. Nestes termos, o ecoturismo implica um enfoque científico, estético ou filosófico, sem que isto signifique que o ecoturista deva ser um cientista, um artista ou filósofo profissional. O relevante aqui é que a pessoa que pratica o ecoturismo tenha a oportunidade de estar imersa na natureza de maneira muito diferente daquela que visualmente se apresenta na vida urbana cotidiana. Essa pessoa, com o tempo adquirirá uma consciência e um conhecimento do meio ambiente natural (e por extensão do cultural) convertendo-se assim em alguém genuinamente envolvido nos temas conservacionistas.

Caminhando basicamente na mesma direção, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) conceitua ecoturismo como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, a interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR; IBAMA, 1994, p. 19).

As possibilidades de exploração da biodiversidade de áreas naturais pelo turismo têm sido um importante argumento para a conservação dos ecossistemas.

Neste contexto, destacam-se as áreas de proteção ambiental como locais propícios para a prática do ecoturismo e que segundo a definição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA, 2004) são áreas em geral extensas:

[...] com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Recursos esses de grande valor e beleza natural, como matas, rios, cachoeiras, grutas, cavernas e outros atrativos destinados à conservação e que permitem a prática do ecoturismo. Apesar dos problemas na regulamentação e da falta de planejamento e manejo para algumas destas reservas naturais, percebe-se um aumento na procura destes ambientes para uso turístico.

A valorização das áreas naturais, devido a suas características físicas, tais como, belezas cênicas e condições geográficas, transformam tais áreas em locais de visitação. Desta forma, o Poço Azul, surge como uma opção de turismo e lazer no Distrito Federal.

O Poço Azul situa-se no rio da Palma<sup>1</sup>, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Cafuringa (norte do Distrito Federal). Essa localidade sofreu processos de degradação ambiental, devido à atividade turística, durante toda a década de 1980, já que não apresentava um planejamento adequado para a área. Porém com a declaração de monumento natural em meados da década de 1990, o Poço Azul começou a ter um controle de visitação, onde os responsáveis pela área de proteção passaram a cobrar uma taxa que deveria ser destinada à conservação do local (ECO, 2003).

A área foi desmatada por grileiros, cuja intenção era construir um condomínio residencial. A Secretaria do Meio Ambiente impediu em 1996 tal construção, pois prejudicaria todas as nascentes do rio da Palma e conseqüentemente o Poço Azul.

---

<sup>1</sup>Chega-se até o Poço Azul, partindo do Alto do Colorado, pela DF-001 (Lago Oeste), até o trevo com a DF-220. Vira-se à direita nesta estrada de terra, onde logo depois se avistam placas de sinalização, nas proximidades de alguns eucaliptos. Seguindo-se as placas chega-se até um portão, junto à sede da fazenda, podendo descer de carro até mais perto do rio (ECO, 2003).

Houve ainda uma invasão de sem-terras, porém o grupo foi removido para o assentamento "26 de setembro", dentro da unidade de conservação da Floresta Nacional de Brasília, criada em 1999 (ECO, 2003).

Aliando a disponibilidade e a capacidade de desenvolver uma atividade econômica sustentável, a escolha deste local para o presente estudo justificou-se por se tratar de uma Área de Proteção Ambiental e ao mesmo tempo constituir-se em possível fator de atração turística para o Distrito Federal, possibilitando um considerável fluxo de visitação. Considerou-se, ainda, para a escolha, o fácil acesso ao espaço natural, devido à sua localização próxima à Capital Federal.

Evidencia-se também que os espaços naturais podem gerar possibilidades de desenvolver uma atividade econômica, visto que o mundo atual parece ter despertado uma consciência ecológica e esta tornou-se bandeira para muitos movimentos sociais e até políticos. Dessa maneira, é possível aliar uma atividade econômica à educação ambiental e assim fortalecer entre as comunidades o papel importante do uso apropriado dos espaços naturais.

Segundo Boullón (2002, p. 73):

[...] a noção de espaço seria quase abstrata e muito difícil de entender. De tal modo que, na antigüidade, defina-se o espaço como um fluido, o que era uma forma de reconhecer sua intangibilidade. Essa idéia, embora imprecisa conceitualmente, continua vigente porque, para os arquitetos, o espaço é o vazio entre a posição dos sólidos que se define por sua própria massa.

O espaço é dividido em vários tipos, dentre eles destacam-se o espaço natural virgem e o espaço natural adaptado. Segundo Boullón (2002, p. 79) o espaço natural virgem “são aquelas áreas, cada vez mais escassas, do espaço natural sem vestígios da ação do homem”.

O espaço natural adaptado entende-se como:

[...] as partes da crosta terrestre em que predominam as espécies do reino vegetal, animal e mineral, sob as condições que o homem lhes estabeleceu. [...] No espaço natural adaptado (ou rural) as árvores ou os cereais crescem de acordo com as forças da natureza, mas é o homem quem decide onde devem nascer e quanto tempo vão viver. Ele determina, ainda, como devem crescer, ao plantá-los segundo um arranjo geométrico e ao acelerar seu ritmo natural de crescimento mediante fertilizantes ou mudando, até mesmo, sua forma natural, como no caso das árvores frutíferas que são podadas para aumentar sua produção (BOULLÓN, 2002, p. 78).

Esses dois tipos de espaço são áreas utilizadas pelo espaço turístico que segundo Boullón (2002, p. 79) é:

[...] consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turísticas, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

Considera-se que o Poço Azul é um espaço turístico que apresenta uma área natural adaptada, pois possui visitação e infra-estrutura, ainda que limitada, para receber os visitantes.

Entretanto, no Poço Azul, mesmo com índices variados de visitação, não há benefícios evidentes para a comunidade local e também para a área de preservação, que tem sofrido com o descaso e os maus tratos causados pela visitação desordenada, como pode ser visto nas figuras 1 e 2.

**Figura 1 – Único bar/lanchonete do Poço Azul**



Fonte: Autoria Própria (2007).

Como se pode ver na figura acima, o único estabelecimento no Poço Azul é uma construção antiga, com escassa estrutura e condições de higiene, causando uma má impressão nos visitantes.

A falta de infra-estrutura compromete o ecoturismo no espaço natural Poço Azul caracterizando assim, apenas como uma propriedade para visitação, sem preocupação com os recursos naturais, com o bem-estar dos visitantes, com a falta de ofertas apropriadas para o descanso e o lazer saudável, bem como o despreparo para receber grupos e ecoturistas preocupados com a questão ambiental.

**Figura 2 – Lixo e sujeira – falta de infra-estrutura**



Fonte: Autoria Própria (2007).

Como se vê na figura 2, os visitantes não têm cuidado e não respeitam o espaço natural Poço Azul. A quantidade de detritos deixados pelos visitantes degradam a natureza, polui o rio e a paisagem do local deixando-a maltratada e prejudicada a sua visita o, por outras pessoas que prezam a conservação e preservação do meio ambiente.

Dessa maneira, surge a seguinte questão:

**Como estão sendo utilizados os atrativos naturais do Poço Azul pelos visitantes?**

Neste trabalho foi avaliado a influência do ecoturismo e os impactos ambientais e sociais da utilização do espaço natural do Poço Azul, na Área de Proteção Ambiental de Cafuringa. Analisando a utilização dessa área, identificou o potencial para o desenvolvimento das atividades e práticas de Turismo.

### **1.1 Objetivo geral**

- Analisar a utilização do espaço natural do Poço Azul sob o ponto de vista turístico, social e ambiental.

### **1.2 Objetivos específicos**

- Descrever a utilização atual dos frequentadores no Poço Azul;
- Verificar se há incentivo para a prática de conservação e proteção dos recursos culturais e naturais do Poço Azul;
- Identificar o potencial para o desenvolvimento das atividades e práticas de Ecoturismo.

### **1.3 Metodologia**

O presente trabalho foi desenvolvido por meio da abordagem qualitativa de caráter exploratório com a realização de pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento.

Segundo Dencker (2000), a abordagem qualitativa se propõe a preencher lacunas do conhecimento e permite a participação do pesquisador no universo onde ocorrem os fenômenos.

Inicialmente, realizou-se o levantamento das informações produzidas: estudos sobre o ecoturismo no Brasil, elaborados pela Embratur e; *sites* e *home-pages*; pesquisa bibliográfica e publicações oficiais.

Assim, o estudo realizado foi de caráter exploratório que segundo Gil (2002, p. 41):

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que

estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Esta metodologia foi escolhida por apresentar boas oportunidades de relacionar o tema de estudo aqui apresentado à realidade, através dos exemplos e da própria descrição da história e de desenvolvimento do ecoturismo.

De acordo com Vergara (2003, p. 48), pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado, isto é, material acessível ao público em geral”.

A pesquisa bibliográfica “tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizam sobre determinado assunto ou fenômeno” (OLIVEIRA, 2004, p. 34). Com isso, o tema fica bem explorado e confrontada a teoria estudada com a realidade vivenciada.

A pesquisa documental é uma fonte de informação secundária, ou seja, utiliza-se de materiais que não receberam tratamento analítico. As fontes de pesquisa documental são mais diversificadas e dispersas do que as da pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (2006), na pesquisa documental existem os documentos de primeira mão, ou seja, aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico tais como os documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas, e os documentos de segunda mão que de alguma forma já foram analisados tais como: relatórios de pesquisa; relatórios de empresas; tabelas estatísticas e outros. Dessa maneira, foi possível relacionar as informações encontradas com as observadas na propriedade escolhida para o estudo.

Além disso, utilizou-se a observação informal do local pesquisado, mediante acompanhamento do comportamento dos usuários da propriedade (DENCKER, 2000).

Com visitas semanais ao Poço Azul foi identificado no ambiente natural, fonte direta de dados, incluindo as entrevistas realizadas a dois funcionários (APÊNDICE A) e oito visitantes (APÊNDICE B) do local, bem como, a pesquisa documental com análise aos diversos documentos e notícias divulgadas sobre o Poço Azul e o Ecoturismo.

As entrevistas aconteceram no ambiente do Poço Azul, em um final de semana (07/09/2007), na tentativa de obter o máximo de informações a respeito de

como é tratado o visitante e também como o mesmo se comporta no espaço natural do Poço Azul.

Destaca-se que os capítulos existentes no trabalho foram pesquisados e analisados para uma melhor compreensão do tema abordado. O primeiro capítulo aborda a introdução, o ecoturismo, a valorização das áreas naturais juntamente com sua diversidade, e da visitação no espaço natural do Poço Azul, abordando os conceitos, a atual realidade da área e possibilidades de desenvolvimento de uma atividade econômica produtiva com uma educação ambiental racional.

No segundo capítulo abordam-se os seguintes temas:

Sustentabilidade e planejamento turístico: evidenciando a busca da consolidação da sustentabilidade, sendo esta entendida como uma oportunidade de melhoria para o ecoturismo mediante iniciativas e empreendimentos inovadores que visem a participação dos cidadãos.

Discussão sobre o termo ecoturismo: centrando-se nos vários conceitos e termos relacionados, evidenciando-se a importância da preservação e conservação do meio ambiente e de um planejamento cuidadoso por parte da administração pública e do setor turístico privado com a colaboração dos turistas e das comunidades locais.

Ecoturismo em áreas protegidas: onde demonstra-se o entretenimento e recreação com intuito de conservação ambiental nas áreas de proteção desde que estes sejam realizados por profissionais qualificados.

Ecoturismo e a comunidade local: compreendendo o desenvolvimento sustentável e a necessidade de profissionais especialistas em administrar os produtos e os atrativos turísticos.

O terceiro capítulo apresenta o Ecoturismo no Distrito Federal e no Poço Azul: mostrando que grande parte do território do Distrito Federal é considerada área de proteção ambiental, sendo esta convidativa para o contato com a natureza.

Já no quarto capítulo é abordada a Análise da utilização dos atrativos naturais do Poço Azul: apresentando um texto introdutório da coleta de dados do local e a contextualização da prática indevida do ecoturismo nesta área.

Por último, é apresentada uma reflexão nas considerações, além de sugestões sobre alternativas de proteção das áreas naturais e conservação dos ecossistemas, através do desenvolvimento sustentável local, proporcionando efeitos positivos através do ecoturismo responsável.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Sustentabilidade e planejamento turístico

Promover e praticar turismo, com base sustentável requer um minucioso olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a questão ambiental dos destinos, diante de uma economia globalizada.

Segundo Irving e Camphora (2005 apud IRVING, et al. 2005, p. 2):

[...] muitos caminhos podem conduzir à perspectiva de sustentabilidade; mas não existem itinerários já mapeados fixos. A sustentabilidade, tomada como referência, acolhe aspectos materiais e imateriais das várias dimensões envolvidas em seu significado.

A insaciável busca de sustentabilidade é a oportunidade que o ecoturismo tem para poder redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que gerem benefícios não só para o meio-ambiente em geral, mas também para as pessoas que usufruirão deste, além dos lucros posteriores para os responsáveis pela reserva ou local da prática de ecoturismo.

Segundo a *United Nations Environment Programme* – UNEP (2005 apud IRVING, et al. 2005, p. 3), “turismo sustentável não representa uma forma especial de turismo. Em realidade, todas as formas de turismo deveriam ser sustentáveis”.

O turismo sustentável não representa apenas controle e gerenciamento dos impactos negativos. Vai muito mais além, o turismo ocupa uma posição privilegiada da economia globalizada para gerar benefícios ao desenvolvimento local e promover a responsabilidade de proteção da natureza. Assim, o planejamento turístico, o desenvolvimento e a proteção de recursos renováveis devem ser vistos como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas.

A "Agenda 21 Global" aprovada em 1992 “constituiu uma das referências mais importantes para a construção de novos modelos de desenvolvimento apoiados na noção de sustentabilidade”. Surgiu como uma proposta para indicar áreas prioritárias para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável (IRVING, 2002 apud IRVING, et al. 2005, p. 4).

Da mesma forma, o "Código Mundial de Ética no Turismo" (OMT, 1999 apud IRVING, et al. 2005) "delineou um novo paradigma ético para o planejamento turístico, que tem inspirado iniciativas e empreendimentos inovadores", discutido mais tarde por Irving (2002 apud IRVING, et al. 2005, p. 4) onde afirma que:

[...] o desenvolvimento da atividade turística qualificada de sustentável exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação.

Essa reflexão tem um significado importante no mundo contemporâneo, onde predomina as desigualdades sociais decorrentes do desemprego estrutural e conseqüente crescimento da pobreza. Por isso o turismo "pode representar uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico de muitas sociedades" (SANSOLO; CRUZ, 2003 apud IRVING, et al. 2005, p. 4).

Porém é essencial que haja uma sensibilização da sociedade para a implantação do turismo sustentável e a construção de novos paradigmas de desenvolvimento turístico. Essa sensibilização deve envolver além da capacitação das comunidades locais, também o investimento nas potencialidades de uma região e a discussão dos riscos e benefícios que o turismo pode trazer para um determinado ponto turístico.

Daí a importância da participação da comunidade local nas discussões sobre a implantação da atividade turística. Porém, segundo Irving (2003 apud IRVING, et al. 2005, p. 5):

[...] a temática da participação parece representar um mito em planejamento, seja pela complexidade do tema, pelos compromissos gerados, pelas expectativas que implica e pela ruptura evidente dos mecanismos vinculados ao perceber e ao intervir no lugar.

Ressalta-se ainda que a participação da população local é fundamental por ser conhecedora da região e por vivenciar a realidade do local, é ainda de extrema importância na identificação de problemas e necessidades, avaliação de alternativas, desenvolvimento de estratégias para proteção e/ou valorização do patrimônio natural e cultural e na busca de soluções para os problemas identificados

que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local e ao bem-estar social (IRVING, et al. 2005).

Sendo assim, Brandão (1982 apud IRVING, et al. 2005, p. 6) afirma que:

A viabilização da participação dos atores sociais no processo de planejamento e gestão do turismo está diretamente ligada às questões concernentes à educação, cultura e organização da sociedade civil. A educação, interpretada como o primeiro instrumento de participação, com função política, "como condição à participação, como incubadora da cidadania, como processo formativo".

Assim, pensar na sustentabilidade do turismo quer dizer ter uma visão estratégica a longo prazo. "O discurso político tende a privilegiar o "sustentável", da mesma forma em que o pulveriza, em sentidos e significados diversos, capazes de banalizá-lo, transformando-o em utopia contemporânea" (IRVING, et al. 2005, p. 7). Mas, mediante a busca constante pela consolidação da sustentabilidade com a participação dos cidadãos é que o turismo poderá alcançar o ponto tão desejado de transformação social, que ultrapasse fronteiras políticas e beneficia toda uma população e o meio-ambiente.

## **2.2 Discussão sobre o termo ecoturismo**

O termo ecoturismo está bastante disseminado em nosso dia-a-dia, porém raríssimas vezes é definido conceitualmente:

[...] em termo mais simples, "ecoturismo" significa simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa (SWARBROOKE, 2000, p. 55).

Ainda segundo o autor (2000), é muitas vezes utilizado de maneira intercambiável com outros termos como "turismo suave", "turismo responsável" e "turismo de natureza".

Ainda que tal atividade turística venha se desenvolvendo sob o discurso de uma prática que deve contribuir para melhorar as condições de vida das populações locais e simultaneamente ser um instrumento na conservação dos recursos naturais é também um fator de transformação dentro da visão capitalista de mundo. O ícone do "turismo sustentável" tem sido utilizado no sentido de mascarar os elevados

impactos ambientais e socioculturais ocasionados na implantação dos grandes projetos turísticos (SWARBROOKE, 2000).

Neste contexto, percebe-se o uso indevido das áreas naturais com o único propósito de aumentar a renda daqueles que estão subsidiando a divulgação e administração das áreas visitadas.

Embora o turismo tenha impactos relevantes no meio ambiente, eles podem ser inferiores aos de outras atividades econômicas, como a mineração, a indústria florestal, os monos-cultivo agrícolas, a criação extensiva de gado e outros. Porém, deve-se buscar o equilíbrio entre a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio ambiente natural/cultural com a prática turística.

Esse equilíbrio, no entanto, depende da percepção dos indivíduos diante das paisagens naturais que permitem buscar e compreender o comportamento e as manifestações dos indivíduos ao entrarem em contato com o meio natural, revelando seus sentimentos em relação à experiência vivida naquele momento. É através da experiência humana estabelecida com a paisagem que a mesma pode ser valorizada, proporcionando o surgimento de um elo afetivo entre o indivíduo e o lugar.

Portanto, pode-se dizer que:

O ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas (FENNELL, 2002, p. 52).

O ecoturismo é visto, por muitas vezes, como um turismo em pequena escala, praticado por pessoas esclarecidas e conscientes; turistas que não se importam com infra-estrutura pouco sofisticada, pois o motivo da viagem seria o desejo de aprender e observar os ambientes e os costumes locais com a menor interferência possível.

Todas as áreas naturais, protegidas ou não, juntamente com os elementos culturais são grandes atrações para o ecoturista. Por isso a atividade turística é reconhecida como importante ferramenta para preservação e recuperação das áreas naturais.

Entretanto, existe consciência de que ecoturismo e turismo sustentável não são a mesma coisa. Existe um conflito entre essas duas atividades à medida que o fluxo de turistas passa a se direcionar às novas áreas ou aumentam a carga já existentes em destinos turísticos estabelecidos. Os danos provocados pela atividade turística mal-planejada e mal-administrada podem ser fatais para todo o ecossistema. Daí a necessidade do planejamento para que essas atividades não resultem em alguns efeito negativo, ou pelo menos, minimizar os danos:

O ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável. Somente através de um sistema intersetorial, o ecoturismo poderá, de fato, alcançar seus objetivos. Os governos, as empresas privadas, as comunidades locais e as organizações não-governamentais todas têm um importante papel a desempenhar (LINDBERG; HAWKINS, 1999, p. 26).

O turismo sustentável visa a proteção do meio ambiente juntamente com a viabilidade econômica a longo prazo. Para que haja um progresso sustentável é necessária a conscientização e atitudes das empresas privadas, mais do que ações governamentais. Já o ecoturismo requer um planejamento minucioso de ações rígidas, para garantir uma gestão funcional estável, por parte de órgãos do setor público, comunidades locais, ONGs e empresas privadas, os quais são essenciais nos serviços a serem executados.

A OMT (1993, p. 22 apud DIAS, 2003, p. 68) considera a necessidade de uma ampla participação de todos os envolvidos no planejamento ao afirmar que:

[...] o turismo sustentável não pode funcionar unicamente à base de imposições da administração pública; é preciso, também, que o setor turístico privado aceite esse conceito e coopere em sua execução, assim como as comunidades locais e os turistas que devem prestar sua colaboração ao processo.

Devido ao mau uso das áreas naturais, ocorrem impactos negativos sobre a natureza decorrentes da falta de conscientização da necessidade de preservar o meio ambiente, causando danos irreversíveis ao turismo local. Portanto é importante minimizar estes impactos, para que não haja degradação ambiental.

Nesse sentido, segundo Dias (2003), é indispensável a educação entre os turistas e a comunidade local sobre a importância da preservação e conservação do

meio natural, para que possam usufruir dos benefícios do desenvolvimento turístico e socioeconômico produzindo baixo impacto negativo ambiental e social. O desenvolvimento da nação está nas mãos da exploração consciente dos recursos naturais, pois depende-se deles para a existência humana.

Apesar dos esforços por parte do poder público em vários níveis, há os setores privados que procuram o lucro fácil, explorando na maioria das vezes negativamente os recursos naturais, por não terem um planejamento adequado para o local usufruído, ou ainda, não apresentando a devida cautela com o meio ambiente. Além disso, todos os envolvidos no planejamento devem estipular estratégias de gestão para atender aos objetivos, nos quais proporcionará benefícios aos processos de desenvolvimento do ecoturismo e às atividades ecoturísticas (DIAS, 2003).

Ainda segundo o autor (2003), essas estratégias dependem de um equilíbrio entre os proprietários do local e o comportamento dos visitantes, pois através do entendimento que o ambiente visitado necessita de respeito com seus recursos naturais e merece atenção por parte de todos, para manter o local turístico conservado, necessita-se também do apoio dos proprietários no manejo e na implantação de infra-estrutura adequada para atender as expectativas dos visitantes, para que os mesmos possam propiciar proteção ao atrativo natural. Tais atitudes provavelmente acarretarão baixo impacto negativo, visando à qualidade nas áreas naturais.

Portanto, a fiscalização é importante nas áreas de proteção ambiental utilizadas como atrativos turísticos. Além disso, esta deve atuar analisando a colaboração do homem na utilização destes recursos e nas atividades praticadas. Daí a importância da educação ambiental.

Conforme documento publicado pela *United Nation Education Scientific Cultural Organization* - UNESCO (1980 apud DIAS, 2003, p. 173) “para contribuir com eficácia para melhorar o meio ambiente, a ação da educação deve vincular-se com a legislação, as políticas, as medidas de controle e as decisões que os governos adotem em relação com o meio ambiente humano”.

Havendo projetos educacionais e ambientais para proprietários, funcionários e comunidade local, os mesmos podem transmitir aos turistas, através de exposições e programações especializadas na melhoria dos atrativos naturais com parcerias de ONGs ambientalistas, programas patrocinados pela iniciativa privada e

apoio do governo, nas quais incentivarão os usuários a tratarem bem o meio ambiente, ajudando no desenvolvimento sustentável do ecoturismo.

Segundo Dias (2003, p. 171), “no que diz respeito à interação das ONGs ambientalistas de ação local regional com as atividades turísticas, há um aumento da colaboração das entidades com objetivo de alcançar a sustentabilidade das atividades turísticas”. Deve-se incentivar a comunidade e os visitantes com informativos em folhetos e placas, despertando a consciência do público e a preocupação com a conservação do meio natural.

Além da conservação dos atrativos turísticos é necessário que haja uma programação de atividades para os visitantes a fim de que desempenhe sua finalidade proposta, sem sofrer qualquer degradação.

Tendo como base o conteúdo discutido, pode-se considerar que o Poço Azul apresenta características do ecoturismo, uma vez que há possibilidade de práticas desportivas, como natação, caminhadas e rappel, além de banhos nas águas do rio. Na localidade, a natureza propicia o contato do ecoturista com a diversidade da fauna e flora, com as belezas das águas azuis e principalmente insere-o no contexto ético e ambiental tão discutido nos dias de hoje, como pode ser visto na figura 3.

**Figura 3 – Área de lazer e diversidade ecológica**



Fonte: Autoria Própria (2007).

No Poço Azul, a tentativa de promover um turismo sustentável tem permitido à população do entorno usufruir das belezas naturais da propriedade, mas o que se observa é que não há a preocupação tanto desta população como dos proprietários

com a educação ecológica e com a sustentação do ecoturismo na propriedade, como visto na figura 4.

**Figura 4 – Lixo no Rio: descaso com a natureza**



Fonte: Autoria Própria (2007).

Diante de toda a manifestação a respeito da preservação ambiental, o que se vê no Poço Azul é a inércia de alguns visitantes sem cultura ambiental, degradando o ambiente e poluindo as águas.

Não há plano de manejo e a visitação desordenada só contribui para que a atividade ecoturística não se desenvolva adequadamente e perca sua essência. Segundo a Lei 9.985 de julho de 2000, plano de manejo é considerado:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2008).

Ressalta-se, no entanto a diferença entre plano de manejo e manejo em si, entende-se por manejo, segundo a Lei 9.985, “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas” (BRASIL, 2008).

Tendo em vista essa diferença, evidencia-se que no Poço Azul não há a prática de nenhum dos dois termos, sendo que, nem ao menos encontram-se em fase de elaboração tais procedimentos.



## 2.3 Ecoturismo em áreas protegidas

As áreas naturais protegidas para entretenimento e recreação visam a conservação ambiental, promovendo a aproximação do homem com a sua própria essência.

Segundo Silveira (2003, p. 105):

no Brasil, as áreas protegidas são representadas pelas denominadas Unidades de Conservação da Natureza – parques nacionais, estações ecológicas, reservas biológicas, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, e outras – instituídas por lei que estabelece critérios e normas para a sua criação, implantação e gestão dentro do território nacional.

O Turismo gerado nessas áreas abrange um potencial importante para a população local, trazendo diversos benefícios econômicos. Além disso, equipando os atrativos naturais com uma infra-estrutura de qualidade é possível incentivar os turistas a frequentar essas áreas protegidas, no intuito de divulgar o ecoturismo.

Segundo LIMA (2003), o espírito de aventura juntamente com os produtos turísticos e o meio ambiente tornam-se alvo de descoberta para a humanidade, uma vez que o ecoturismo é considerado um segmento de turismo mais leve e seletivo, com ênfase no ambiente natural preservado ou pouco alterado. Ressalta-se ainda que este segmento é motivado pelo desejo de sair do cotidiano e vivenciar o novo, a paisagem, o exótico e a fauna e a flora, de preferência nas áreas naturais protegidas legalmente.

Os turistas estão cada vez mais interessados em lugares intocados como as reservas e os parques, buscando experiência de modo a compreender e preservar a natureza, segundo Elizabeth Boo especialista em ecoturismo em áreas protegidas (1995, apud LIMA, 2003, p. 73).

Há uma grande preocupação com a situação atual das áreas protegidas que requerem uma providência urgente no tocante à administração. “As áreas protegidas do mundo todo têm recebido um fluxo cada vez maior de visitantes [...] e muitas dessas áreas não estão preparadas para o turismo. Elas estão a cargo de pessoas sem treinamento em gestão de Turismo” (LINDBERG; HAWKINS, 1999, p. 34).

Uma administração eficiente, nessas áreas, e em especial, no Poço Azul, pode gerar alternativas de renda para as populações locais mediante a elaboração de planos de manejo criativos. Estes benefícios podem se dar através de vendas de

ingressos aos turistas/visitantes, serviços de hospedagem, alimentação, passeios, eventos, artesanatos, dentre outros.

A ausência de pessoas capacitadas para executar tais atividades predominantes nos atrativos, serviços de monitores, guias, infra-estrutura em péssimas condições, são fatores que comprometem o ecoturismo brasileiro (MOURÃO, 1998 apud LIMA, 2003, p. 77).

Havendo estudos e monitoramento dos impactos causados pelos usuários, será possível determinar a capacidade de carga e de suporte de uma Unidade de Conservação, de modo a permanecerem as características e o potencial das áreas ambientais (LIMA, 2003).

A capacidade de carga:

[...] está representada pelo número máximo de uso turístico-recreativo, associado à sua infra-estrutura, que uma área pode acomodar. Se esse nível é ultrapassado pode ocorrer a deterioração dos recursos, a diminuição da satisfação do visitante e impactos adversos sobre a sociedade, cultura e economia locais (Mcintyre; Hetherington apud Ceballos, 1996).

Segundo Wallace (1997 apud LIMA, 2003, p. 79) “um sistema de áreas protegidas é uma criação social que além de proteger amostras do mundo natural, produz uma série de valores e benefícios para a sociedade”.

Porém, os grupos de usuários devem estar dispostos a proteger as áreas naturais, apoiando o desenvolvimento sustentável dos recursos ecológicos e agregando a eles valores culturais, sociais e históricos.

Além disso, as atividades praticadas nos atrativos naturais devem estar interligadas à educação ambiental para que se minimizem os impactos negativos nos recursos e se possa aproveitar as belezas naturais e a diversidade ecossistêmica, priorizando a qualidade do meio ambiente.

Neste mesmo raciocínio, Boo (1992 apud LIMA, 2003, p. 79) detalha que as atividades ecoturísticas podem ser um apoio importante e positivo para a preservação e desenvolvimento sustentável destas áreas protegidas, gerando receitas a estas e às comunidades locais, além de oportunidades de empregos e investimentos na educação ambiental. Podem ainda, influenciar a mudança do uso dos recursos naturais de forma positiva e consciente, fazendo do ecoturismo um meio de conscientizar as pessoas da importância em defender o meio natural.

Boullón (1997 apud LIMA, 2003, p. 82) defende “que a existência de uma área natural protegida é a garantia básica que necessita o ecoturismo para progredir”. Ou seja, podemos considerar o ecoturismo como um intermédio ao sufrágio de conservação das áreas de proteção ambiental, preservação da biodiversidade e a sensibilização ecológica e socioeconômica da região local, visando desenvolver o pensamento crítico no sentido da utilização racional dos recursos naturais existentes (LIMA, 2003).

Percebe-se que no Poço Azul, apesar de ser uma área legalmente protegida, os freqüentadores não têm uma consciência ecológica. Em sua maioria, freqüentam o lugar apenas para fugir do ambiente urbano e do stress do dia a dia. Além disso, não há um projeto de educação ambiental e/ou um plano para melhorar a conscientização das pessoas que freqüentam o lugar, além disso, a prioridade do espaço natural como fonte de estudos e da natureza ainda não estão em primeiro plano.

No Poço Azul, o que se observa, é a falta do comprometimento com a causa ecológica e com os conceitos mais simples de conservação ambiental. Os usuários desta área preservada deveriam ter consciência e iniciativas de transformação do lugar em modelo de ecoturismo (FIGURA 5).

**Figura 5 – Exemplo do lixo jogado nas dependências do Poço Azul**



Fonte: Autoria Própria (2007).

Tal idéia pode se concretizar com a colaboração de limpeza do lugar tanto pelos funcionários quanto pelos visitantes do local – coletando a grande quantidade de lixo, tal como garrafas plásticas, garrafas de bebidas alcoólicas, restos de comida, embalagens e bolsas de plástico que, em alguns casos, foram largados nos cursos d'água, como se observa nas figuras anteriores. No entanto, ações continuadas da preservação podem proporcionar uma transformação produtiva na área de proteção ambiental do Poço Azul.

## **2.4 Ecoturismo e a comunidade local**

Tendo uma melhor compreensão do desenvolvimento sustentável dos produtos e atrativos turísticos, toda sociedade lucrará. Além disso, havendo profissionais especialistas nestes segmentos do Turismo, suas atividades serão realizadas com excelência, podendo contribuir em vários aspectos: social, econômico e cultural, mediante geração de renda, emprego, conhecimento sobre novas manifestações culturais e qualidade de vida.

Hoje em dia, o ecoturismo é visto como uma maneira de se obter lucros. Porém, esta visão gera uma preocupação quando pensamos em sustentabilidade econômica, social e cultural em relação ao local aonde se realizará o ecoturismo. É essencial um planejamento adequado, para evitar que o ecossistema e a comunidade local sofram impactos negativos.

Portanto Oliveira; Fontana (2006, p. 1) afirmam que:

nos dias atuais, o turismo tende a desempenhar um papel cada vez mais relevantes na economia de muitas cidades brasileiras, especialmente as que têm em seus recursos naturais sua principal fonte de atratividade. Entretanto, estes recursos naturais vêm sofrendo diversos tipos de impactos, alguns dos quais causados diretamente pela atividade turística.

No entanto, são necessárias ações direcionadas ao manejo e planejamento das áreas naturais, sendo seu desenvolvimento detalhado, imprescindível na minimização dos impactos negativos (OLIVEIRA; FONTANA, 2006).

Uma vez atentado para o manejo e planejamento das áreas naturais, a economia gerada pela visitação desses atrativos turísticos poderá contribuir na redução das desigualdades socioeconômica. Segundo Mendonça (in MONTORO, 2003, p. 50 apud OLIVEIRA; FONTANA, 2006):

[...] a perspectiva sustentável deve considerar a relação entre pobreza, ambiente e desenvolvimento, por meio de políticas de engajamento das comunidades de atividades turísticas, de maneira a expandir as oportunidades de pequenos negócios, e oportunidades de empregos em todos os níveis de operação.

Assim, o desenvolvimento sustentável visa o crescimento econômico, expandindo várias oportunidades, tanto de negócios, quanto de empregos. Além disso, influencia os aspectos de produção e de infra-estrutura, considerando o meio ambiente como fornecedor de recursos para o bem estar nos segmentos turísticos.

Apesar de ecoturismo ser uma ferramenta a favor do desenvolvimento sustentável, algumas comunidades não têm conseguido alcançar os benefícios esperados, já que o objetivo colocado em prática tem sido o lucro imediato e não o desenvolvimento através dos princípios defendidos pelo segmento. Sabe-se que é necessário cumprir várias etapas antes de se ter o ecoturismo funcionando de uma maneira idealizada, e tão desejada no desenvolvimento sustentável.

Um exemplo de projeto que visa o desenvolvimento sustentável é o do atual Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que tem como principais objetivos: o engajamento da população local no desenvolvimento sustentável e a conservação e preservação do meio ambiente amazônico na região do médio Solimões. Baseado nesses objetivos, o projeto tem alcançado melhorias na economia local (CAMPOS, 2005).

Outro exemplo é o do município de Silves no “Estado do Amazonas” onde está sendo construído um hotel chamado “Aldeia dos Lagos”. Tal empreendimento foi viabilizado pela Associação de Silves, pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e pela *World Wildlife Fund* (WWF). A associação tornou-se auto-sustentável e hoje atua nos investimentos, fiscalização e manejo da reserva dos lagos que compõe a região, favorecendo também, além da implantação do hotel, a recuperação e conservação dos estoques de peixes que estavam ameaçados pela pesca comercial (CAMPOS, 2005).

Esses projetos podem ser exemplos a serem seguidos pelos administradores do Poço Azul, mediante engajamento da população do entorno da área, cobrança da fiscalização por parte dos órgãos governamentais com relação à conservação da área, participação da iniciativa privada e desenvolvimento do *trade* turístico.

Essas iniciativas, somente reforçam a idéia de que projetos de ecoturismo bem planejados, executados e monitorados por profissionais capacitados, com o apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs), empresários conscientes de seu papel na sociedade e o envolvimento de uma comunidade preocupada com o meio-ambiente e sua preservação, proporcionam o desenvolvimento sustentável.

### 3 ECOTURISMO NO DISTRITO FEDERAL E NO POÇO AZUL

O ambiente natural do Distrito Federal favorece a prática do turismo de aventura, a educação ambiental, o turismo rural, e, especialmente, o ecoturismo.

O Distrito Federal pode ser adequado para o ecoturismo, pois grande parte de seu território é considerado Área de Proteção Ambiental. Nos últimos anos, ampliou-se sensivelmente a prática do turismo em áreas naturais de grande beleza no bioma Cerrado, para muitos habitantes de Brasília, ainda desconhecido.

Segundo Rodrigues (2003, p. 31):

Ecoturismo é uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras. A International Ecotourism Society define sucintamente ecoturismo como uma viagem responsável para áreas naturais que pretende conservar o ambiente e apoiar o bem-estar das populações locais.

Neste sentido, considera-se que o Ecoturismo deve proporcionar meios e condições de vida digna às populações que vivem junto às belezas naturais, especialmente para que não tenham necessidade de explorar irracionalmente os recursos ambientais para sua sobrevivência.

O cenário no Distrito Federal é convidativo para o contato com a natureza, além disso, não é necessário realizar grandes viagens para chegar aos pontos de visitação. Limitando-se com a cidade está o Parque Nacional de Brasília, uma grande área de preservação da natureza do Cerrado, administrado pelo IBAMA/Ministério do Meio Ambiente, que abrange as bacias dos rios Torto e Bananal e é composta de vegetação de campos cerrados e matas ciliares que protegem os cursos d'água.

Além de abrigar uma população estimada de 2,05 milhões de pessoas, o Distrito Federal é, atualmente, a terceira unidade da Federação em nível de renda e a oitava economia do país – dispondo, a população assim, de renda para a prática de lazer. Não tendo praias, a população de Brasília utiliza como espaços de lazer alguns acidentes geográficos como os córregos, cachoeiras, rios, lagoas e lagos. A região de antiga colonização preserva refúgios naturais, reservas e monumentos naturais. Erguida em meio ao Cerrado, Brasília é cercada por esta vegetação típica

natural do Centro Oeste do Brasil (IBGE, 2008).

Brasília situa-se no planalto central e seu clima é definido - ocorrem, anualmente uma estação chuvosa que vai de outubro a meados de abril; e uma estação seca, entre maio e final de setembro. Na seca, a umidade do ar chega a atingir níveis de região desértica, caindo para até 8%, nessa época. A população de Brasília busca proximidade com as águas, principalmente nos fins de semana e feriados, uma vez que há muitos 'espelhos' ou cursos d'água na região, como nascentes, rios, riachos, lagos, cascatas e poços, praticamente todos ainda protegidos por matas nativas. Uma exceção é o Lago Paranoá, inteiramente cercado pela área urbana de Brasília e situado à uma altitude de mais de mil metros acima do nível do mar (cota do Lago Paranoá):

Da Estação Ecológica de Águas Emendadas, no DF, nascem as águas que correm tanto para o norte (bacia do Tocantins) quanto para o sul (bacia do Prata). Ali perto, nas nascentes do rio Preto, nascem as águas que formarão a bacia do rio São Francisco, que corre para leste e nordeste, até cair no Atlântico (ECO, 2003, grifo do autor).

Na região do Planalto Central, onde se situa o Distrito Federal e o Entorno de Goiás, são atrações para o Ecoturismo:

Cachoeira de Saia Velha, Mumunhas, Poço Azul, Lagoa Bonita, Salto do Tororó, Pipiripau, Salto do Corumbá, Salto do Itiquira, Pirenópolis, São Domingos, Alto Paraíso/Chapada dos Veadeiros, Lagoa Formosa, Cristalina, Linda Serra dos Topázios (ANASPS, 2008).

O Poço Azul está localizado na Fazenda Velha, região do Lago Oeste, na APA do Cafuringa, uma das mais importantes da região:

Com 46 mil hectares a noroeste do Distrito Federal, a APA de Cafuringa limita-se ao norte e oeste pelo estado de Goiás, a leste pela DF-150 e pelo ribeirão da Contagem, e ao sul pela APA do Descoberto e pelo Parque Nacional de Brasília. Relevo acidentado, é onde estão importantes cachoeiras do DF, como Mumunhas e Poço Azul. Em Cafuringa estão também as cavernas, como a Gruta do Sal, devido ao terreno calcáreo. Engloba parte da Chapada da Contagem e da bacia do rio Maranhão. Preserva um dos mais extensos campos naturais do DF e as maiores reservas de matas mesofíticas que se estendem em direção à bacia do Tocantins (ECO, 2003, grifo do autor).



Neste ambiente, o Poço Azul é visitado especialmente por jovens, por ser próximo de Brasília e de fácil acesso:

O fenômeno que deu origem ao local é resultado da ruptura de uma rocha de quartzo, responsável por formar um grande poço de águas límpidas e azuladas, com cascatas, corredeiras e uma caverna inundada pela água. O lugar é composto por trechos de rio calmo e, ao final, por um poço. Apesar de ser usado para banho, é muito perigoso devido à profundidade e à presença de pedras (GUIADASEMANA, 2008).

O espaço natural Poço Azul é uma depressão na área de cerrado cercado por elevações. O riacho desce da serra e cava o poço no fundo de um caminho estreito, cercada por mata nativa, integrante da Área de Proteção Ambiental de Cafuringa.

Embora, o Poço Azul seja um atrativo em potencial, o que se percebe é que o turismo praticado no espaço natural não proporciona a necessária preservação ambiental. A redução do pagamento da taxa de entrada, caso os visitantes juntem o lixo produzido, é uma tentativa de incentivo à manutenção da limpeza do local. Mas como se pode ver em algumas fotos, esse incentivo não é o suficiente para que se desperte nos visitantes a consciência de dever manter limpos e conservados todos os espaços naturais que freqüentam.

O potencial do Poço Azul para o desenvolvimento de um modelo de ecoturismo sustentável é evidente. Levando-se em consideração princípios como o ético e o ambiental, também em outras Áreas de Proteção Ambiental no Distrito Federal, algumas organizações não governamentais e grupos ambientais vêm tentando sensibilizar tanto proprietários dos locais quanto visitantes, mas as iniciativas não têm se desenvolvido.

Sem infra-estrutura adequada, incentivo à conservação e principalmente investimentos no Poço Azul, torna-se praticamente inviável o uso e o aproveitamento do local para visitação pública conscientizada. Sem esses requisitos torna-se impossível uma análise do ponto de vista turístico, como se propõe no objetivo geral.

#### 4 ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS DO POÇO AZUL

Pôde-se observar através das entrevistas realizadas com oito visitantes e dois funcionários do local, que a visitação ao Poço Azul ocorre diariamente e mais intensamente nos fins de semana e feriados. O público, na maioria, é composto por jovens vindos de Brasília, Regiões Administrativas do Distrito Federal e do Entorno. Não há registro ou estatística de frequência, mas uma avaliação visual durante as visitas, indica que a paisagem e o poço de águas azuis são usufruídos por muitas pessoas que chegam ao local em automóveis particulares, lotações, motocicletas e até de bicicletas. Estas pessoas permanecem desde a manhã até o anoitecer, fazendo ali suas refeições que cada grupo traz ao local, incluindo água e bebidas.

É possível também encomendar a preparação de alimentos pela família que toma conta da área. O único estabelecimento disponível é um pequeno bar com mesa de sinuca e que fornece refrigerantes, cervejas, água mineral, e também é operado pela família que cuida da propriedade. Os usuários do Poço Azul pagam taxas de entrada que variam entre R\$ 8,00 (oito reais) por indivíduo e R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por vans ou microônibus com até vinte pessoas. O visitante que recolher o seu próprio lixo reaverá R\$ 5,00 (cinco reais) do valor pago.

Na sua grande maioria, os visitantes recebem informações do local de pessoas que freqüentaram e gostaram do lugar. A indicação vem se espalhando assim pelo meio de comunicação conhecido como o “boca-a-boca”.

Daí a importância de se analisar a prática do ecoturismo nesta área, traçando um perfil da realidade do turismo ecológico no Poço Azul. Contudo, apesar do ecoturismo ser uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável, o local não tem recebido investimentos e cuidados para sua preservação. O objetivo dos proprietários e, igualmente dos operadores, tem sido o lucro imediato e não a busca da preservação dos recursos naturais finitos por meio de um plano de desenvolvimento estruturado nos princípios do ecoturismo.

Sobre esta questão (COSTA, et al. 2002, p. 178) critica as práticas não preservacionistas, pois “de nada adianta fazer ecoturismo [...] se não há estudos de capacidade de suporte, se não há infra-estrutura adequada e não-impactante [...]”.

Em se tratando do Poço Azul, é evidente o descaso com os recursos naturais do local. A visitação descontrolada e a falta de ações educativas não valorizam a propriedade e não há como reconhecer ali, uma forma sustentável de manejo e

exploração, pois não há estudos e planejamento para que o ecoturismo se constitua em fator de desenvolvimento da área.

Assim, entende-se que é preciso cumprir diversas etapas antes de se alcançar um padrão aceitável de exploração turística racional como alternativa de desenvolvimento sustentável (COSTA, et al. 2002). Etapas estas que ainda não são consideradas, nem ao menos conhecidas pela família que explora o Poço Azul.

No córrego que forma o Poço, e nas cachoeiras Mãe, Garganta do Diabo, Escorregadinha, Cascata e Suicida, as mais conhecidas, deveriam ser realizadas obras de proteção, visto que as atuais estão sendo rapidamente depredadas, especialmente pela desinformação, desconhecimento e despreparo dos trabalhadores e dos visitantes. Como consequência, o ecoturismo encontrará dificuldade para se desenvolver naquela área, pois, enquanto esses problemas prevalecerem tudo permanecerá igual. É preciso estabelecer estratégias e práticas adequadas de planejamento e controle (COSTA, et al. 2002).

É alarmante o comportamento de grupos de jovens desordeiros e sem consciência ecológica, que freqüentam o Poço Azul. Tendo como base a observação do comportamento destes jovens, percebeu-se que eles fazem uso exagerado de bebidas alcoólicas e provocam confusão e desordem, agredindo a natureza. Ou seja, eles não respeitam as belezas naturais, que, geralmente, contribuem para agregar conhecimento, sensibilidade e desenvolvimento de uma cultura ecológica. Como ninguém além dos exploradores reside na área, não há uma comunidade preocupada com a preservação do local.

Tal fato se agrava uma vez que, de acordo com a maioria entrevistada, a preferência pelo Poço Azul, deve-se ao fato de que a área é isolada, não havendo comunidade próxima ao espaço natural, e por estar localizado próximo á núcleos urbanos e não pela beleza natural que o local proporciona.

Através das entrevistas, conclui-se que a falta de regras para que o espaço seja freqüentado constitui um dos motivos da intensa visitação, uma vez que não há proibição de entrada de bebidas alcoólicas e, como não há restaurante no local, é possível fazer churrascos e pequenas refeições, facilitando o uso inadequado do espaço natural.

Os visitantes do Poço Azul, não precisam agendar suas visitas: a entrada é livre e descontrolada, basta pagar as taxas estabelecidas pelos que administram a área. De acordo com os visitantes entrevistados, a divulgação do espaço é realizada

pelos próprios freqüentadores, sendo que eles não conhecem propaganda do local e ao que se sabe, nunca existiram folhetos ou panfletos sobre o Poço Azul. A cobrança de entrada, como se vê na tabela da figura 6, não desestimula os freqüentadores, ao contrário, os preços praticados facilitam o acesso de qualquer pessoa e em qualquer número.

**Figura 6 – Tabela de preços praticada na entrada do Poço Azul**

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO	
VANS e MICROÔNIBUS ATÉ 20 PESSOAS	35,00
KOMBIS e CAMIONETES ATÉ 10 PESSOAS	25,00
CARRO DE PASSEIO ATÉ 5 PESSOAS	15,00
MOTO ATÉ 2 PESSOAS	10,00
CICLISTA 1 PESSOA	8,00
PEDESTRE INDIVIDUAL	8,00

**ATENÇÃO!**  
 SE VOCÊ RECOLHER O SEU LIXO, SERÁ DEVOLVIDO R\$ 5,00 DO VALOR PAGO.  
 ENTRE COM O SEU CORAÇÃO CHEIO DE AMOR.  
 É PROIBIDA A ENTRADA DE ÔNIBUS, CAMINHÕES E BEBIDAS ALCOÓLICAS.  
**OBRIGADO VOLTE SEMPRE!**

7 9 2007

Fonte: Autoria Própria (2007).

Os funcionários entrevistados argumentam que suas funções se restringem a controlar a cobrança da taxa de entrada e, por conseguinte, acompanhar os visitantes ao saírem. As demais atividades ligadas à administração do Poço Azul, regras e procedimentos adotados, também ficam a cargo dos funcionários, porém eles nunca acompanham as visitas e/ou eventuais problemas.

Observando, fica clara a potencialidade da área para a prática do ecoturismo com responsabilidade e sustentabilidade. Mas o fato concreto é que não estão ocorrendo os investimentos necessários que possibilitem atrair visitantes conscientes, viabilizando as práticas recomendadas de preservação ambiental.

Os visitantes do Poço Azul, efetivamente não têm consciência da importância do local tanto para a prática do ecoturismo quanto por ser uma área de proteção ambiental. As atividades turísticas realizadas no local demonstram o descaso total não somente com a natureza – mas também, com o próprio visitante, que não conta com a infra-estrutura adequada para um completo aproveitamento da diversidade da natureza local.

Não existe um manejo da área, ou seja, não há locais predefinidos para desenvolvimento de atividades específicas. Sendo assim, as diversas atividades praticadas no espaço Poço Azul - passeios, caminhadas em trilhas, banhos e mergulhos, escaladas em elevações do terreno, todas diretamente ligadas à natureza, são uma permanente ameaça a estes recursos, porque não são disciplinadas, reguladas e não há monitoramento ou qualquer orientação aos visitantes.

Apesar de os funcionários e os visitantes acreditarem que a expectativa com relação à área será de preservação, com as atitudes atuais o que se visualiza é uma atual e futura depredação do ambiente natural.

Ressalta-se ainda que, não foi possível perceber nas diversas visitas realizadas, nem nas entrevistas com os usuários e trabalhadores, qualquer atividade cultural ou algum tipo de programação, treinamento, ou capacitação para cuidados ecológicos.

Segundo o encarregado da propriedade Nonato Vieira, a única participação dos órgãos públicos se dá por alguns agentes do IBAMA, que visitam o local esporadicamente para verificar se os usuários estão matando passarinhos, ou se há incêndio na área. A polícia militar também visita, as vezes, o ambiente natural do Poço Azul para averiguar a ocorrência de furtos ou eventuais problemas.

Andando por toda a área do Poço Azul, verifica-se que não há ao menos uma placa pedindo cuidado com a natureza, ou um cartaz recomendando não depositar indevidamente na natureza o lixo trazido para o local, ou seja, não há nenhuma preocupação em garantir a sustentabilidade da riqueza natural da área. Dessa maneira, percebe-se que tudo o que já existe no Poço Azul é mobilizado para gerar uma pequena renda para o grupo que trabalha e reside ali. Mesmo evidenciado o potencial do local em atrair visitantes dotados de consciência e responsabilidade, não são viabilizados os investimentos necessários e, também não estão sendo realizados estudos ou elaborados projetos para ampliação e modernização do

espaço natural.

Como consequência, percebe-se que os funcionários trabalham em condições precárias, sem uniformes, não possuem rádios de comunicação – ideal nestes ambientes e não têm guarita e/ou local próprio adequado para realizar atendimento aos visitantes (figura 7).

**Figura 7 – Funcionário do Poço Azul – Precariedade no trabalho**



Fonte: Autoria Própria (2007).

Enfim, verifica-se que toda a estrutura natural no Poço Azul é desconsiderada; não há consciência ambiental por parte dos proprietários ou dos trabalhadores responsáveis e muito menos por parte dos usuários; e ressalta-se ainda que não há estudo dirigido para que seja promovida esta conscientização, o que torna a situação ainda pior.

Tão pouco é difícil afirmar que a Área de Proteção Ambiental terá, num futuro próximo, alguma condição de sustentabilidade, equiparando-se a outros empreendimentos do segmento turístico no DF. Por enquanto, resta aos poucos usuários conscientes da depredação que vem ocorrendo neste ambiente natural, promoverem mobilizações para conservação e proteção do espaço natural Poço Azul. Como se propõe fazer, por exemplo, o Grupo Cabra: Companheiros Andarilhos de Brasília, que passou pelo local e deixou sua placa oferecendo oficinas para a

preservação do Poço Azul (Figura 8).

**Figura 8 – Grupo CABRA – Oficina para preservar o Poço Azul**



Fonte: Autoria Própria (2007).

O grupo CABRA (Companheiros Andarilhos de Brasília), “é uma organização não governamental que promove trilhas, oficinas ambientais e encontros de ecologia do ser. O objetivo é resgatar a relação amistosa do homem consigo mesmo, com o outro e com a mãe terra” (CABRA, 1991).

A Organização é composta de voluntários que colaboram para a formação da consciência ecológica, preservação da natureza e melhor qualidade de vida presente para as futuras gerações. Os Andarilhos de Brasília têm caminhado pelas trilhas do Planalto Central e do Brasil, contribuindo na formação do cidadão ecológico, na construção de uma sociedade mais equilibrada, no Brasil mais justo e fraterno (CABRA, 1991).

Com essa consciência é que o grupo lançou o SOS Poço Azul, tendo em vista as condições precárias do local para receber visitação, a falta de organização e principalmente o descaso com a natureza (Figuras 9 e 10).

O site do grupo exibe fotos e apelos a variadas áreas necessitadas de proteção. No que tange ao Poço Azul, o sentimento de cuidado pela falta de zelo é percebido nas imagens feitas pelo grupo, a seguir:



**Figuras 9 e 10 – Retratos do descaso no Poço Azul**



Fonte: CABRA, 2002.

Como é percebido, no Poço Azul os visitantes são recebidos com uma bela natureza, mas ao mesmo tempo, com um preocupante descaso e a total falta de infra-estrutura local. Dessa maneira, os visitantes reagem de modo inconsciente, sem respeito, agredindo o ambiente que lhe oferece descanso, lazer e fuga: das pressões e do *stress* urbano.

Mesmo tendo à disposição toda a beleza natural de grutas, paisagens e rio não há por parte dos proprietários, investimentos substanciais para oferecer aos visitantes acomodações e, principalmente, exigir respeito e conservação do meio ambiente.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecoturismo, nascido da preocupação de ambientalistas com o volume crescente de visitantes em Áreas de Preservação, já se consolida como alternativa de proteção para as áreas naturais e conservação dos ecossistemas. Simultaneamente, promove o desenvolvimento sustentável local, organizando a participação da comunidade para a melhoria de suas condições de vida. Neste propósito, o ecoturismo elimina as práticas convencionais, estruturando um turismo consciente, sério, educativo e com impactos reduzidos.

Adequadamente e bem aplicado, o ecoturismo proporciona efeitos positivos, não só para a preservação de áreas naturais e proteção dos ecossistemas, mas também, integrando e envolvendo as comunidades locais, viabilizando a participação de todos, ampliando os benefícios para o bem social comum e atraindo benefícios coletivos.

Dessa forma, o trabalho teve como objetivo principal uma análise do Ecoturismo e a utilização do espaço natural do Poço Azul sob o ponto de vista turístico, social e ambiental por ser uma área de preservação.

Portanto, pôde-se constatar que o Poço Azul tem as características naturais para tornar-se uma importante atração turística se cuidar da sua sustentabilidade e implantar um projeto de manejo que controle a utilização do seu espaço sem devastar a principal riqueza do ambiente natural que todos apreciam.

Não existe ainda, ali, uma estrutura de receptivo e acompanhamento por monitores e guias locais treinados que proporcionem visitas mais proveitosas. Além disso, ainda não há atendimento de primeiros socorros em caso de eventual acidente. Do modo como a visita ocorre hoje, compromete-se a potencialidade e a imagem do atrativo para o futuro. Daí a importância de se criar um conceito de responsabilidade e cuidado, tendo em vista que existe, segundo seus administradores, a intenção de melhorar os serviços atualmente disponíveis e reativar uma infra-estrutura de hospedagem na forma de pousada que no momento encontra-se desativada.

Percebe-se ainda que os freqüentadores do Poço Azul não têm uma consciência ecológica. Em sua maioria, visitam o lugar apenas para fugir do ambiente urbano e do *stress* do dia a dia. Não há um projeto de educação ambiental para integrar os usuários, nem uma proposta de planejamento para melhorar a infra-

estrutura do lugar como forma de embasar uma divulgação do local, evidenciando-o como uma alternativa de lazer cultural e entretenimento popular focado na preservação ambiental.

Sendo assim, apesar da inexistência do turismo sustentável no Poço Azul, o Ecoturismo, se bem planejado, poderá ser uma alternativa de incentivo e conscientização dos usuários e funcionários, por meio de ações que minimizem os impactos adversos ao solo e à vegetação, à água e ao ar. Serão necessários, para tanto, estudos e projetos elaborados por profissionais capacitados e qualificados.

O Poço Azul poderá ter, futuramente, um programa de desenvolvimento sustentável, que envolva as comunidades locais, melhorando sua qualidade de vida. Esse programa poderá contribuir com a elevação do conhecimento ambiental e do nível cultural garantindo a proteção dos recursos naturais sob sua responsabilidade e preservando-os para que as futuras gerações possam desfrutá-los com qualidade e dedicação, assegurando-se assim, o bem-estar de todos.

Durante a pesquisa, houve algumas dificuldades em encontrar materiais bibliográficos a respeito do Poço Azul, como também profissionais capacitados para informações desta área.

Com a análise realizada, este trabalho pode ser considerado uma fonte de coleta de dados da área do Poço Azul, contribuindo para pesquisas futuras sobre o incentivo da conservação e proteção em áreas naturais. A natureza “agradecerá”, retribuindo com beleza, pureza, proporcionando satisfação e alegria.

## REFERÊNCIAS

- ANASPS. Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social. *Dicas Turísticas - TURISMO*. Ceará. 2001. Disponível em: <<http://ce.anasps.org.br/index.asp?link=7>>. Acesso em: 24 maio. 2008.
- BRASIL. Previdência da República Lei N° 9.985 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)> Acesso em: 26 jun. 2008.
- BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- CAMPOS, Ângelo Mariano N. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. *Caderno Virtual do Turismo*. v. 5, n. 1, 2005. p. 2-6.
- CABRA. *Companheiros Andarilhos de Brasília*. Disponível em: <<http://www.cabra.org.br/quemsomos.htm>> . Acesso em: 24 maio. 2008.
- COSTA, Paula Chamy Pereira; ROSSI, Patrícia Regina; SCHUMACHER, Sílvia Maria. Reflexões Finais: A real contribuição do Ecoturismo para a Natureza. In: NEIMAN, Zysman (Org.) *Meio ambiente, educação e ecoturismo*. Barueri, São Paulo: Manole, 2002.
- CEBALLOS-LASCURAÍN, Héctor. The Future of ecotourism. In: DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.
- CEBALLOS-LASCURAÍN, Héctor. *Tourism, ecotourism and protected areas: the state of naturebased tourism around the world and guidelines for its development*. Gland/Cambridge: IUCN, 1996.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 2000.
- DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.
- ECO.TUR. *Ecoturismo no Brasil – Planalto Central*. Brasília. 2003. Disponível em: <<http://www.eco.tur.br>>. Acesso em: 01 mar. 2008.
- EMBRATUR; IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, 1994.
- FENNEL, David A. *Ecoturismo uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2006.

GUIA DA SEMANA. *Cachoeira Poço Azul*. Brasília. 2008. Disponível em: <[http://guiadasemana.uol.com.br/detail.asp?/PASSEIOS/BRASILIA/&a=1&ID=4&cd\\_place=19530&cd\\_city=38](http://guiadasemana.uol.com.br/detail.asp?/PASSEIOS/BRASILIA/&a=1&ID=4&cd_place=19530&cd_city=38)>. Acesso em: 24 maio. 2008.

IBAMA. *Área de Proteção Ambiental*. 2004. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=APA>>. Acesso em: 01 mar. 2008.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Brasília. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31&uf=53>>. Acesso em: 24 maio. 2008.

IRVING, Marta A. et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*. v. 5, n. 4, 2005. p. 2-7.

LIMA, Solange T. Ecoturismo: percepção, valores e conservação da paisagem. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte. v. 8, n. 10, fev. 1998. p. 57-62.

LIMA, Maria Lúcia C. (Eco)turismo em unidades de conservação. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 71-87.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Ed). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1999.

OLIVEIRA, D'Jalma. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Sérgio D. et al. Turismo Responsável: uma alternativa ao turismo sustentável?. *IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*. Caxias do Sul, 2006. p. 1-7.

RODRIGUES, Adyr B. Ecoturismo: limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-45.

SILVEIRA, Marcos Aurélio T. Ecoturismo, políticas públicas e a estratégia paranaense. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 101-120.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. v. 5, São Paulo: Aleph, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisas em administração*. São Paulo: Atlas, 2003.

## **APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista para os Funcionários da Propriedade Poço Azul**

NOME DO ENTREVISTADO:

CARGO:

TEMPO NA FUNÇÃO:

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

### **QUESTÕES**

1. Como se deu o início da visitação a este atrativo?
2. São recebidos muitos visitantes?
3. Que impactos são percebidos pelas visitas?
4. Quais são as maiores dificuldades em cuidar da área?
5. Quais são os pontos que merecem maior atenção para a preservação?
6. De que forma é feito o manejo da área?
7. O poder público e/ou a comunidade local tem se preocupado em preservar o atrativo?
8. Qual é a expectativa em relação à propriedade: preservação ou degradação?

**APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista para os Visitantes à Propriedade Poço Azul**

NOME DO ENTREVISTADO:

PROFISSÃO:

1. Como você conheceu a propriedade Poço Azul?
2. Quais são as atividades de lazer praticadas na propriedade?
3. Quais são as atividades culturais e ecológicas praticadas na propriedade?
4. Em sua opinião a propriedade se preocupa com a conservação da natureza?
5. Qual é a expectativa em relação à propriedade: preservação ou degradação?